

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA	5
INTRODUÇÃO	7
Capítulo I. A capacidade contributiva elemento do conceito de imposto	15
1. O conceito de imposto	16
2. A capacidade contributiva no conceito de imposto	19
3. A manutenção do conceito apesar dos limites e das dificuldades	23
3.1. Os tradicionais limites da capacidade contributiva	24
3.2. As actuais dificuldades do princípio da capacidade contributiva	28
4. A capacidade contributiva e o princípio da proporcionalidade	32
Capítulo II. A imprescindível divisão dicotómica dos tributos	39
1. A diferença estrutural dos tributos	40
2. As diferenças de regime jurídico dos tributos	44
2.1. O regime jurídico-constitucional	45
2.2. O regime jurídico-legal	50
3. Os impostos que não ousam dizer o nome	54

Capítulo III. A centralidade do facto tributário no direito fiscal	59
1. O lugar do facto tributário ou facto gerador do imposto	59
2. O facto tributário e o acto tributário	62
2.1. O importante significado da distinção	63
2.2. O regime de direito administrativo do acto tributário	73
Capítulo IV. A natureza paritária da relação obrigacional fiscal	87
1. As relações em que a relação tributária se analisa	88
2. A natureza paritária da relação obrigacional fiscal	89
3. A inconstitucionalidade dos juros de mora sem limite temporal	94
Capítulo V. Os actores tributários e a alteração do seu papel	103
1. Os actores tributários e o seu papel tradicional	104
2. As alterações ao papel dos actores tributários	107
2.1. A transferência da função legislativa para o Governo e Administração	107
2.2. A transferência de tarefas da administração tributária para os contribuintes	112
3. Um Estado de cidadãos ou de súbditos fiscais?	119
Capítulo VI. A sustentabilidade do Estado fiscal	125
1. As ideias de liberdade, igualdade e identidade	126
2. A suportabilidade do Estado fiscal	130
2.1. O “apartheid” fiscal	131
2.2. A duplicação do Estado fiscal?	134
3. A sustentabilidade do Estado fiscal	138
3.1. A sustentabilidade estrutural	138
3.2. As demais dimensões da sustentabilidade	142
3.3. A sustentabilidade fiscal do Estado	147
3.4. A reabilitação do poder parlamentar sobre as despesas públicas	155

Capítulo VII. A tributação das empresas pelo rendimento real	161
1. Tributação integrada ou separada das sociedades	162
1.1. Razões da tributação separada das sociedades	163
1.2. O fundamento jurídico-constitucional da tributação das sociedades	166
2. O lucro das empresas	167
2.1. Alusão às teorias do lucro empresarial	168
2.2. A não identificação do lucro tributável com o lucro empresarial	171
2.3. A aproximação do lucro tributável ao lucro contabilístico	173
2.4. Casos em que releva o justo valor no domínio fiscal	177
3. A especialização dos exercícios e a prevalência da substância sobre a forma	181
4. Excepções à tributação das empresas pelo rendimento real	185
4.1. Os regimes simplificados em IRS e em IRC	186
4.2. Os dois impostos sobre as sociedades: o IRC paralelo	189
Capítulo VIII. O direito económico fiscal	193
1. Alusão às relações entre a economia e a tributação	195
1.1. O Estado fiscal	197
1.2. A evolução para o Estado fiscal social	199
2. O quadro do direito económico-fiscal	202
2.1. A constituição económica, financeira e fiscal.	203
2.2. A caracterização do direito económico fiscal	208
3. Os domínios do direito económico fiscal	213
3.1. Os impostos extrafiscais	213
3.2. Os benefícios fiscais	217
Capítulo IX. Os crimes fiscais como crimes contra o Estado fiscal	227
1. Noção e características do direito penal fiscal	229
2. A disciplina do direito penal fiscal e sua evolução recente	231
2.1. A disciplina do direito penal fiscal	231
2.2. A evolução recente do direito penal fiscal	233
3. O fundamento da criminalização e o bem jurídico protegido	234
3.1. Fundamento da criminalização das infracções tributárias	235
3.2. O bem jurídico protegido nas infracções tributárias	238

4. Ideia sobre os crimes e as contra-ordenações tributárias	240
4.1. Ideia sobre os crimes tributários	240
4.2. Ideia sobre as contra-ordenações tributárias	245
Capítulo X. Algumas reflexões sobre a tributação das empresas	249
1. As empresas e o direito fiscal	249
2. A consideração unitária do fenómeno financeiro	253
3. A erosão das bases tributárias das empresas	256
3.1. O fenómeno da erosão das bases tributárias	257
3.2. A corresponsabilidade dos Estados	260
4. As soluções do Plano BEPS	263
4.1. As soluções do Plano BEPS	264
4.2. As soluções da União Europeia	277
5. As soluções unilaterais e o imperialismo fiscal	281
5.1. As recentes investidas do unilateralismo	282
5.2. O imperialismo fiscal	285
6. A aposta no multilateralismo e cooperação internacionais	289
BIBLIOGRAFIA CITADA	293
ÍNDICE REMISSIVO	311
ÍNDICE GERAL	317